



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

**RIO DE JANEIRO. OPERAÇÃO VERÃO.
DECISÃO RECLAMADA QUE VIOLA O ARESTO
PROLATADO NA ADI 3.446/DF. OBEDIÊNCIA AO
REQUISITO DA ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE O
ATO IMPUGNADO E O PARADIGMA DA CORTE
SUPREMA. IMPOSITIVA PROCEDÊNCIA DESTA
RECLAMAÇÃO.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, instituição essencial à justiça, apresentada pelas(os) defensoras(es) públicas(os) da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Coordenação de Infância e Juventude, da Coordenação de Promoção da Equidade Racial, da Coordenadoria de Tutela Coletiva e do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 102, I, *l*, da Constituição da República, nos arts. 988 e ss. do Código de Processo Civil e nos arts. 156 e ss. do Regimento Interno do STF, ajuizar

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

com requerimento de liminar

contra a decisão do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em virtude de ato praticado nos autos da Suspensão de Segurança tombada sob o n.º 0103837-66.2023.8.19.0000, manejada pelo ESTADO DO RIO DE



JANEIRO e MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Infância e Juventude, e do Idoso da Comarca da Capital, nos autos do ação civil pública tombada sob o n.º 0802204-87.2023.8.19.0255, aforada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** pelos motivos de fato e de direito a seguir.

DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS E DO ATO IMPUGNADO

Na origem, o Ministério Público aforou ação coletiva, com pedido de liminar, a fim de assegurar o direito à liberdade ambulatorial de crianças e adolescentes, que estavam sendo recolhidas em razão da denominada OPERAÇÃO VERÃO. O pedido foi acolhido pela 1ª. Vara da Infância, Juventude e do Idoso, nos seguintes termos:

Ante o exposto, presentes os pressupostos, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, e DETERMINO que o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro se abstenham de apreender e conduzir adolescentes a Delegacias de Polícias, senão em hipótese de flagrante de ato infracional, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária;

DETERMINO ao Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro que se abstenham de apreender e conduzir crianças e adolescentes a Serviços de Acolhimento, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e outros equipamentos, senão em razão de situação que seja aplicável medida protetiva de urgência, nos termos previstos no ECA, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente;

DETERMINO que o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro se abstenham de apreender e conduzir crianças ou adolescentes a Delegacias de Polícia ou a qualquer outro equipamento, apenas para fins de identificação compulsória pelos órgãos policiais ou para simples verificação da existência de mandado de busca e apreensão expedido em seu desfavor, sem estarem em situação de flagrante de ato infracional, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por cada criança ou adolescente que for recolhido de forma ilegal

DETERMINO ao Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro que todo encaminhamento realizado por seus agentes, para aplicação de medida protetiva de urgência, seja realizado através de T.R.O (no caso de agentes de segurança) ou outro documento, contendo narrativa da situação considerada de risco, e a identificação do condutor, com nome, matrícula



e assinatura, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por cada recolhimento realizado em desacordo com essa determinação;

DETERMINO ao Réus que nenhuma criança ou adolescente seja conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, ou em quaisquer outras condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por cada criança ou adolescente conduzido nessas condições;

DETERMINO ao Réus que se abstenham de utilizar veículo ou qualquer outro recurso material ou humano destinado aos serviços municipais de acolhimento, em desvio de função, em especial para ações da chamada Operação Verão, ressalvadas hipóteses de situações de emergência, calamidade pública, catástrofes ou causas similares, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais por cada utilização de veículo, recurso material ou humano em desacordo com essa determinação.

Intime-se a Direção das Centrais de Recepção e às Diretorias de todas as URS e todos os Conselhos Tutelares, para ciência da proibição de utilização de veículos ou de qualquer outro recurso material ou humano em desvio de função, em especial para ações da chamada Operação Verão, encaminhando-se cópia da inicial com a ocultação dos nomes das crianças e adolescentes.

Intime-se o Estado do Rio de Janeiro para apresentar, no prazo de 10 dias corridos, Plano de Segurança Pública voltado para repressão de adolescentes em conflito com a lei, para o período do verão, que não viole os direitos convencionais, constitucionais e legais de crianças e adolescentes, especialmente o direito de ir e vir, o direito ao lazer e o direito à convivência familiar e comunitária, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00.

Intime-se o Município do Rio de Janeiro para apresentar, no prazo de 10 dias corridos, Plano de Abordagem Social para o período do verão, que não viole os direitos convencionais, constitucionais e legais de crianças e adolescentes, especialmente o direito de ir e vir, o direito ao lazer e o direito à convivência familiar e comunitária, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00.

Intime-se o Estado do Rio de Janeiro para apresentar, no prazo de 20 dias corridos, programa de capacitação dos agentes policiais em relação aos direitos humanos de crianças e adolescentes, durante as abordagens, de modo que os agentes se sintam seguros para atuar na área repressiva, em prol da segurança pública e em respeito aos direitos da população infantojuvenil, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00.



Intimem-se pessoalmente o Governador do Estado do Rio de Janeiro e o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, para que tenham ciência inequívoca das situações de violação de direitos que ocorreram por força da atuação de seus agentes.

Extrai-se cópia integral dos autos e encaminhamento para o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Investigação Penal, para apurar a conduta dos agentes de segurança que realizaram as ações de “recolhimento compulsório” de adolescentes, identificados nos relatórios encaminhados pela Central de Recepção Carioca, ressalvando-se o sigilo do documento a fim de garantir a privacidade dos adolescentes vítimas.

Oficie-se à Central Carioca requisitando, no prazo de 10 dias, relatórios referente aos encaminhamentos de crianças e adolescentes à unidade por força das ações no âmbito da chamada Operação Verão, ocorridos após o dia 03/12/2023, devendo informar dados de identificação dos adolescentes; endereço; as circunstâncias de sua chegada à Central; dados de identificação do(s) agente(s) condutor(es), a documentação ou narrativa apresentada pelos agentes condutores para justificar o encaminhamento a Central; forma de transporte; tratamento dispensado aos adolescentes pelos agentes condutores; as medidas adotadas pela equipe da Central em relação a cada adolescente, indicando, especialmente, se foi constatada situação de vulnerabilidade que ensejasse a aplicação de medida protetiva de acolhimento emergencial.

Oficie-se ao CREAS Arlindo Rodrigues, requisitando relatório, no prazo de 10 dias, referente aos encaminhamentos de crianças e adolescentes ao órgão, ocorridos nos últimos 30 dias, no âmbito da chamada Operação Verão, devendo informar dados de identificação de todas as crianças e adolescentes; endereço das famílias; as circunstâncias de sua chegada ao CREAS; dados de identificação do(s) agente(s) condutor(es); a documentação ou narrativa apresentada pelos agentes condutores para justificar o encaminhamento ao CREAS; forma de transporte dos menores; tratamento dispensado às crianças e adolescentes pelos agentes condutores; as medidas adotadas pelo CREAS em relação a cada criança ou adolescente recebido no equipamento, indicando, especialmente, se foi constatada situação de vulnerabilidade que ensejasse a atuação da rede de assistência social. Oficie-se à Comissão de Assuntos da Criança do Adolescente e do Idoso e a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional ambas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a fim de dar ciência da presente decisão. Oficie-se à Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro a fim de dar ciência da presente decisão. Oficie-se à OAB/RJ a fim de dar ciência da presente decisão. Apense-se ao processo nº0802182-29.2023.8.19.0255. Ante a documentação carreada aos autos anote-se o segredo de justiça. Cite-se e intime-se os Réus por OJA de plantão. Por fim, junte-se petição já apreciada.



Ato contínuo, o Município e o Estado do Rio de Janeiro apresentaram o pedido de suspensão de liminar, alegando que a decisão violava gravemente a ordem pública e a segurança pública, “pois subverte a lógica do Estatuto da Criança do Adolescente, para, de um lado, admitir que jovens sem identificação e desacompanhados dos responsáveis vaguem por espaços públicos em situação de vulnerabilidade, abandono e perigo; e, de outro, impedir que sejam utilizados os equipamentos públicos destinados à recepção, atendimento e proteção dos menores”. Prosseguem dizendo que:

Nessa toada, é preciso ter em mente que o direito à liberdade (no qual se insere o direito de ir e vir), nos seus vários aspectos, pode sofrer limitação justamente para atender ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, ainda que, em alguns casos, isso possa ir de encontro ao que estes desejem. Por esse motivo, cabe aos pais, família e sociedade fiscalizar o exercício desse direito concedido pró-criança e adolescente, e não em seu desfavor. De fato, seria temerário admitir-se que crianças e adolescentes que estejam vagando pelas ruas sem qualquer identificação e desacompanhado dos pais, na maioria das vezes desprovidos de recursos mínimos para alimentação e transporte, devam passar despercebidos pelas autoridades públicas e ser largados à própria sorte. Trata-se de clara situação de vulnerabilidade, perigo e abandono que merece, sim, a atenção e proteção das autoridades públicas. Insista-se: trata-se de presunção, ex lege, de perigo e vulnerabilidade, que merece o atuar positivo das autoridades públicas e adoção de medida protetiva urgente.

Sobreveio então a decisão ora recorrida, acolhendo o pedido de contracautela, pois restaria demonstrada “grave lesão à ordem administrativa e à segurança pública, além de comprometer a própria concretização do postulado da proteção integral de crianças e adolescentes”.

Prosseguiu argumentando que a: “Tal interferência judicial, implementada *in limine litis*, tem o condão de subtrair das autoridades competentes, em âmbito estadual e municipal, a avaliação acerca da configuração de situação de vulnerabilidade ou risco social prevista no art. 98 do ECA, assim como da oportunidade de adoção das medidas protetivas elencadas no art. 101 do mesmo diploma legal, dentre elas o ‘encaminhamento aos pais ou responsável’ e, se necessário, o ‘acolhimento institucional’”.

A referida decisão não transitou em julgado, considerando a interposição de agravo regimental. Ademais, a decisão agravada, com a devida vênia, fere precedente



vinculante deste STF a respeito do art. 16 da Lei 8069/90, revigorando a doutrina minorista e, portanto, deverá ser cassada.

DO INTERESSE JURÍDICO DA DEFENSORIA PÚBLICA. DA PERTINÊNCIA DE SUAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS COM A QUESTÃO SUBJACENTE À DEMANDA

Preliminarmente, faz-se necessário destacar que o art. 988, caput, do Código de Processo Civil de 2015 prevê que a reclamação pode ser manejada pela parte interessada ou pelo Ministério Público.

No caso em exame, é indene de dúvidas que a Defensoria Pública pode ser considerada parte interessada, pois, ao lado do Ministério Público, é legitimada para tutela coletiva do direito de crianças e adolescentes, dos quais se inclui a liberdade ambulatorial prevista no art. 16, I da Lei 8069/90:

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

Não fosse isso, como se observam das peças agora anexadas, a situação provocada pela chamada “Operação Verão” não passou despercebida da Defensoria Pública, que apresentou pedido à 1ª. Vara da Infância, Juventude e do Idoso, a fim de que fosse supervisionado o cumprimento de habeas corpus coletivo anteriormente deferido por aquele juízo (processo 0802205-72.2023.8.19.0255, cuja íntegra está em anexo). Na referida petição, foi solicitado que:

6 – Seja designada audiência especial, com a presença das autoridades impetradas e das demais autoridades interessadas, inclusive do Município do Rio de Janeiro, para que esclareçam acerca do descumprimento da sentença e, ainda, que:

6.1 – Os delegados da DCAV e DPCA tornem a remeter a este r. os registros de adolescentes apreendidos na cidade do Rio de Janeiro SEM flagrante de ato infracional ou ordem escrita da autoridade judiciária. Deverá o relatório conter os nomes e identificação dos agentes que realizaram a condução, além do local de apreensão, se houver.



6.2 – O Município do Rio de Janeiro (Prefeito Municipal/Instituições de Acolhimento) torne a remeter a este Juízo, no prazo de 24 horas, relatório com os nomes dos adolescentes apreendidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro e encaminhados ao acolhimento ou a outros órgãos municipais ou estaduais, especificando-se os respectivos destinos. Deverá o relatório conter os nomes e identificação dos agentes que realizaram a condução, além do local de apreensão, se houver.

6.3 – O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio das autoridades interessadas e impetradas (SEPM, SESEG, SEPOL), apresente relatório indicando e detalhando todas as medidas que tem realizado para dar inteiro cumprimento da ordem coletiva, e “não realize apreensão de adolescentes, exceto na hipótese de flagrante na prática de ato infracional ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente”. O relatório deverá, minimamente, dar conta de: apresentar, de forma detalhada, o plano operacional de segurança elaborado para todos os bairros da orla do Município do Rio de Janeiro; informar quanto às capacitações oferecidas aos agentes de segurança em atuação no Município do Rio de Janeiro, envolvendo, de forma específica, o teor da sentença prolatada neste Habeas Corpus Coletivo, indicando, se for o caso, a periodicidade e o número de agentes beneficiados por cada uma delas; a motivação das abordagens policiais em ônibus vindo de regiões da zona norte e periferia em direção às praias do Rio de Janeiro, com a retirada de adolescentes e encaminhamentos para unidades da assistência social, tais como acolhimento institucional e CREAS, perfil dos adolescentes abordados, idades, moradia, local das abordagens e providências adotadas após abordagem.

7 – Seja determinada, em periodicidade mínima trimestral, a apresentação de relatórios pelas autoridades interessadas/impetradas, detalhando as ações ajustes e medidas tomadas, bem como se foram efetivas ou não;

8 – Sejam praticados todos os atos e decisões necessárias ao escorreito e integral cumprimento da sentença coletiva (cumprimento específico).

Ainda a título argumentativo, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro foi provocada pelo Ministério Público Federal, conforme anexo, para que “avalie a possibilidade de intervenção no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ou em outro tribunal pela suspensão dos efeitos da decisão contida na Suspensão de Liminar nº 0103837-66.2023.8.19.0000”.

Assim, é indene de dúvidas a legitimidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para apresentação do presente requerimento, afinal são partes na demanda iniciada pelo MPRJ pessoas vulneráveis, para as quais a instituição possui legitimidade



extraordinária para sua defesa. Além disso, a Instituição já apresentou inúmeros requerimentos sobre o tema, sendo certo que a decisão reclamada, prejudica, sobremaneira, seus pedidos.

DA OBEDIÊNCIA AO REQUISITO DA ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE O OBJETO DO ATO RECLAMADO E A DECISÃO PROFERIDA NA ADI 3446

No caso em exame, como restará amplamente demonstrado na presente petição, foi violada a declaração de constitucionalidade do art. 16, I da Lei 8.069/90, promovida por este Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADI 3.446.

Isso porque a presidência do Tribunal de Justiça cassou decisão em ação civil pública que apenas permitia a privação da liberdade/detenção de crianças e adolescentes na hipótese de estarem praticando ato infracional, ou em virtude de ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.

Nessa ordem de ideias, como a **decisão reclamada afronta diretamente o que foi decidido na ADI 3.446**, havendo identidade material entre a questão objeto da decisão e a veiculada no paradigma, o cabimento da reclamação é evidente, estando presente o requisito da aderência estrita, exatamente como exige esta Corte Suprema. Sobre o tema, reportamo-nos ao seguinte julgado:

Ementa: RECLAMAÇÃO. EMPREGADO PÚBLICO. DISPENSA IMOTIVADA. TEMA 1022. SUSPENSÃO NACIONAL DE PROCESSOS. ADERÊNCIA ESTRITA. EXISTÊNCIA. CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PARADIGMA INVOCADO. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A identidade material entre a questão objeto da decisão reclamada e aquela veiculada na decisão paradigma invocada revela a existência de aderência estrita, pressuposto necessário ao processamento da reclamação. 2. Os pedidos de urgência não estão abrangidos pela decisão que determina a suspensão nacional de processos com fundamento no art. 1.035, § 5º, do CPC. Conforme preceitua o art. 314 do referido Código, durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição. 3. Agravo regimental a que se dá parcial provimento.



(Rcl 50806 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 23-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-109 DIVULG 03-06-2022 PUBLIC 06-06-2022).

É dizer: a Presidência do Tribunal de Justiça admitiu, ao deferir a suspensão de liminar, outras interferências no direito à liberdade de ir e vir de adolescentes, revigorando o Código de Menores, e “a apreensão para averiguação, ou por motivo de perambulação”, tal como pretendia a agremiação política autora da ADI.

Inquestionável, portanto, o atendimento ao requisito da aderência estrita entre a decisão reclamada e a decisão prolatada na ADI 3446, e o cabimento da presente reclamação.

DA IMPOSITIVA PROCEDÊNCIA DESTA RECLAMAÇÃO. VIOLAÇÃO DA ADI 3.446/DF. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DEMANDA. PRETENSÃO DE, ÀS AVESSAS, REVIGORAR O CÓDIGO DE MENORES, E IMPEDIR A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELA CIDADE, COMO PRETENSÃO MEDIDA ADEQUADA À PREVENÇÃO DE CRIMES

Conforme se observa dos documentos anexados, a situação ilegal que permeou a deflagração de ação civil pública pelo MPRJ já foi objeto de questionamento judicial pela Defensoria Pública, nos idos de 2015. Como se observa da petição inicial do habeas corpus coletivo preventivo inaugurado (processo n. 0359759-86.2015.8.19.0001):

Considerando que a Constituição vincula a atuação de todos os poderes do Estado (não somente a atividade legislativa deve estar em conformidade com a Lei Maior, haja vista que a Carta Magna disciplina também o exercício da função administrativa e judiciária), é lícito concluir que a atuação da Polícia Militar que apreende adolescentes para conduzi-los para Delegacia de Polícia, bem como a atuação dos respectivos Delegados de Polícia que procedem à consulta sobre eventuais antecedentes criminais, **ESTÁ EM DESCOMPASSO COM AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, AFINAL O ART. 5º, LXI, CRFB TAMBÉM É APLICÁVEL AOS ADOLESCENTES.**



Por derradeiro, cumpre destacar que as abordagens aos adolescentes e as respectivas conduções dos mesmos para a DPCA e para a DCAV se dão ao argumento de que os jovens estariam em “situação de risco” e com o hipotético propósito de lhes ser aplicada alguma medida protetiva (art. 98). No entanto, como detalhadamente exposto acima, o que acaba acontecendo é uma sistemática violação do direito de ir e vir dos adolescentes. **Por esta razão a competência para conhecer do presente writ seria deste r. Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital.**

Em resposta a esse pedido coletivo, em setembro de 2015, a mesma 1ª. Vara da Infância, Juventude e do Idoso proferiu sentença concedendo a ordem de habeas corpus coletivo pretendida nos seguintes termos:

Diante do exposto, DEFIRO parcialmente o pedido inicial, determinando a expedição de salvo-conduto para DETERMINAR: 1) Que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não realize apreensão de adolescentes, exceto na hipótese de flagrante na prática de ato infracional ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente, sob as penas da Lei. Outrossim, tendo em vista o poder geral de cautela, DETERMINO, de ofício: 2) Que os Delegados de Polícia da DCAV (Delegacia da Criança e Adolescente Vítima) e da DPCA (Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente), remetam a este Juízo mensalmente os registros de adolescentes apreendidos na cidade do Rio de Janeiro SEM flagrante de ato infracional ou ordem escrita da autoridade judiciária. Deverá o relatório conter os nomes e a identificação dos agentes que apresentaram os infantes na Delegacia; 3) Que as entidades de acolhimento encaminhem a este Juízo, no prazo de 24 horas, relatório com os nomes dos adolescentes apreendidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro e encaminhados ao acolhimento. Deverá o relatório conter os nomes e identificação dos agentes que realizaram a condução, além do local de apreensão, se houver. Cientes os presentes. Dê-se ciência ao Secretário Estadual de Segurança Pública, ao Prefeito do Rio de Janeiro e ao Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro

Convém dizer que todas as autoridades, **tanto do Estado quanto do Município do Rio de Janeiro**, foram devidamente intimadas da ordem de habeas corpus. Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, a douta PGE, inclusive, tem ciência do mesmo, como se observa dos autos: 0414932-95.2015.8.19.0001, cujo teor abaixo será melhor desenvolvido.



De toda sorte, fato é que **SEMPRE ESTEVE PROIBIDO**, até mesmo em razão do art. 16 da Lei 8069/90, comportamentos como os denunciados na ação civil pública do MPRJ. Desde 2015, a proibição decorre também de **sentença com trânsito em julgado, o que não foi observado pela decisão reclamada que supostamente teria permitido uma atividade reconhecidamente ilícita por decisão transitada em julgado, da qual sequer cabe o manejo de ação rescisória.**

E, no que importa para a presente reclamação, desde 2019 esse comportamento é terminantemente proibido, conforme decisão vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e Administração Pública, proferida nos autos da ADI 3446.

Ainda referindo ao percurso histórico de toda essa lide coletiva, além da concessão do habeas corpus coletivo preventivo, o Poder Judiciário fluminense, em razão dos mesmos fatos e eventos que seguem sendo ilegalmente praticados pela Polícia Militar, e com apoio do Município do Rio de Janeiro, condenou o Estado do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização por dano moral decorrente da violação ao direito à liberdade ambulatorial. Conforme se observa do acórdão proferido nos autos 0414932-95.2015.8.19.0001:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PLEITO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO E REPARAÇÃO DOS DANOS SOFRIDOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES APREENDIDOS E ENCAMINHADOS À DELEGACIA DE POLÍCIA, FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI, NO CONTEXTO DOS "ROLEZINHOS". SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.

- 1. Crianças e adolescentes ilicitamente apreendidos e encaminhados à Delegacia de Polícia, sem a ocorrência de flagrância de ato infracional ou a existência de decisão judicial.**
- 2. Habeas Corpus Coletivo ajuizado sob o nº. 0359759-86.2015.8.19.0001, já transitado em julgado, com concessão parcial da ordem.**
- 3. Ação Civil Pública que visa a responsabilização do Estado pelas apreensões ilegais.**
- 4. Violação dos artigos 16 e 106, do ECA. Medidas de proteção adotadas em favor de crianças e adolescentes que devem "a priori" visar o encaminhamento destes a suas famílias, restando**



o acolhimento institucional como medida excepcional, que depende de ordem escrita e fundamentada da autoridade judicial.

5. Crianças e adolescentes que estavam se dirigindo à Zona Sul da cidade desacompanhadas de seus responsáveis, e que foram apreendidas por agentes de polícia, sob o pretexto de que se encontravam sob situação de risco. Condução para Delegacia de Polícia e encaminhamento para acolhimento institucional ou para o Conselho Tutelar.

6. Atuação narrada que se afasta dos preceitos da doutrina da proteção integral, evidenciados no art. 227, da CRFB. Reconhecimento da responsabilidade civil do Estado, nos termos do art. 37, § 6º, da CRFB.

7. Violação ao direito à liberdade de locomoção, com repercussão na esfera da honra subjetiva e objetiva dos jovens que dá ensejo à caracterização de danos morais individuais homogêneos.

8. Ante a inexistência de distinções, ou no mínimo, da inexistência de distinções substanciais nas lesões homogeneamente sofridas por cada menor, reconhecesse que, "considerando o princípio da demora razoável do processo, que obriga prevenir a delonga na satisfação do direito", a condenação pode e deve ser liquidada desde logo, nos termos do já decidido pelo Colendo Tribunal da Cidadania, vide REsp nº 1.628.700/MG, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 20/02/2018. Deste modo, é possível o acórdão determinar valor certo quando apoiada nos elementos probatórios dos autos, ainda que o pedido tenha sido genérico.

9. Quantum indenizatório que ora se fixa em R\$ 1.000,00 para cada criança ou adolescente comprovadamente conduzido indevidamente à delegacia de polícia, na forma da fundamentação.

8. Pedido de inserção da disciplina de "Noções de Direito da Criança e do Adolescente" no curso de formação de policiais militares que não deve prosperar. Assunto que pertence à reserva da Administração Pública e que não pode ser atendido sob pena de violação do princípio constitucional de separação dos poderes. Poder judiciário que não pode se imiscuir quanto aos critérios de conveniência e oportunidade inerentes à discricionariedade da Administração Pública.

10. Pleito de divulgação da presente decisão com veiculação nos meios de comunicação social que igualmente não deve ser provido. Habeas Corpus referente aos fatos apurados na presente ação que já contou com ampla divulgação na mídia e acórdão que goza do princípio da publicidade dos atos judiciais, nos termos do inciso LX do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.



11. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

(0414932-95.2015.8.19.0001 - APELAÇÃO. Des(a). EDUARDO ABREU BIONDI -
Julgamento: 21/09/2022 - VIGÉSIMA CÂMARA CÍVEL)

O acórdão acolheu as alegações constantes da inicial da ação coletiva da Defensoria Pública, no sentido de que as restrições ilegítimas à liberdade ambulatorial aconteciam de diversas maneiras, algumas delas travestidas de medidas de proteção, **exatamente como seguem acontecendo nos dias atuais:**

Consoante restou apurado por este órgão, a pretexto de atuar preventivamente no impedimento da prática de atos infracionais (análogos a crimes), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, doravante Polícia Militar, PMERJ, ou PM, tem abordado ônibus oriundos da Zona Norte e da Zona Oeste do município em direção à Zona sul, em especial às praias, e retirado de seu interior adolescentes que, na visão dos agentes públicos, apresentariam características indicativas de que, num futuro breve, cometeriam atos infracionais. Ato contínuo, eram encaminhados a Delegacias de Polícia para averiguação. Em relação aos adolescentes que não fosse possível a localização da família, eram ainda encaminhados para acolhimento institucional. Eventualmente a Polícia Militar encaminhava-os direto para acolhimento institucional, preferencialmente através do Centro Integrado de Atendimento à Criança e Adolescente (CIACA) ou ao Conselho Tutelar, alegando que os adolescentes estariam em situação de risco social. É dizer, sob o argumento de que os adolescentes estariam em situação de vulnerabilidade, a justificar a aplicação de medidas de proteção, adolescentes eram privados de liberdade. O Estado-réu, através de seus agentes policiais militares, travestiam as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente em instrumentos de repressão à criminalidade, retirando, contra a sua vontade, adolescentes das ruas sem que estivessem praticando qualquer ato infracional.

(...)

Transposto o raciocínio para o caso em exame, tratando-se de adolescentes que se dirigiam a praia, estando no interior de ônibus, sem que nenhum dado objetivo revelasse situação de risco, não poderiam os mesmos ser dali retirados à força, sem que fossem consultados, e contra a sua vontade, sob pena de violação de seu direito à manifestação. Enfim, seja porque travestiu de medida de proteção a medida privativa de liberdade que realmente queria impor, como meio de obstar o acontecimento de delitos/atos infracionais; seja porque atuou fora das competências constitucionalmente estabelecidas; seja porque ignorou o direito à manifestação dos adolescentes abordados, a atuação do Estado-réu no caso é absolutamente ilegal e, portanto, uma vez demonstrados os danos, deve ser condenada a repará-los.



Ao deferir a suspensão da liminar, a presidência deste e. TJRJ olvidou-se, por completo, talvez pela exposição **equivoca** dos fatos, de todos esses precedentes, **mas sobretudo da decisão vinculante deste Supremo Tribunal Federal**, que enseja a presente reclamação. Causou quebra de confiança dos jurisdicionados na função judicante, dando sinais trocados à sociedade, violando o dever do Judiciário de uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente (art. 926 CPC), em especial quando estamos diante de uma decisão proferida em processo objetivo de fiscalização de constitucionalidade (art. 28, parágrafo único da Lei 9.868).

Por mais essa razão, merece ser cassada a decisão reclamada, que revigora o Código de Menores, em especial o art. 94 da Lei 6.697/79: “Art. 94. Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor que se encontre em situação irregular, nos termos dos incisos I, II, III e IV do art. 2º desta Lei”, e também o Código de Mello Mattos:

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. [...] Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 anos: [...] II, que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; III, que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupilo ou protegido; [...] V, que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI, que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida. [...] Art. 55. A autoridade, a quem incumbir a assistência e proteção aos menores, ordenará a apreensão daqueles de que houver notícia, ou lhe forem presenças, como abandonados os depositará em lugar conveniente, o providenciará sobre sua guarda, educação e vigilância, podendo, conforme, a idade, instrução, profissão, saúde, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adotar uma das seguintes decisões. [...]

A decisão reclamada, a pretexto de dar cumprimento ao superior interesse das crianças, viola-o frontalmente, baseando-se em autorizações já não mais concedidas pela atual



normativa, **como expressamente declarado na ADI 3446/DF**, que considera crianças e adolescentes **sujeitos de direitos**, e, portanto, não admite restrições genéricas à liberdade ambulatorial.

Confira-se a ementa do julgado claramente ignorado pelas autoridades fluminenses, inclusive judiciárias:

Ação direta de inconstitucionalidade. Direito Constitucional. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. Art. 16, I, consagra o direito de ir e vir da criança e do adolescente, e art. 230 tipifica criminalmente a apreensão de menor fora das hipóteses de flagrante ou de cumprimento de mandado de apreensão. Alegação de ofensa ao devido processo legal e à proteção integral – art. 5º, LV, e 227 da CF. “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” – art. 3º do ECA. Reconhecimento da aplicabilidade à criança e ao adolescente da garantia contra a prisão arbitrária – art. 5º, LXI, CF. Inexistência de violação à proporcionalidade ou ao dever de proteção. 3. Art. 105 comina medidas protetivas como sanção ao ato infracional praticado por criança, e os arts. 136 e 138 tratam do atendimento da criança infratora por conselho tutelar. Inexistência de cominação da aplicação de medidas socioeducativas para a criança que comete ato infracional. Suposta violação à inafastabilidade da jurisdição – art. 5º, XXXV, da CF. A decisão do legislador, de não aplicar medidas mais severas, é compatível com a percepção de que a criança é um ser em desenvolvimento, a ser, acima de tudo, protegida e educada. O legislador dispõe de considerável margem de discricionariedade para definir o tratamento adequado a ser dado à criança em situação de risco criada por seu próprio comportamento. A opção pela exclusividade das medidas protetivas não é desproporcional. 4. Art. 122, II e III, exigem, para aplicação da medida de internação, a reiteração de atos infracionais ou o descumprimento injustificado de outras medidas. Alegação de ofensa à proporcionalidade. Deve ser reconhecida uma margem larga de conformação ao legislador para estabelecer as medidas aplicáveis ao adolescente infrator. A norma, fora das infrações violentas, restringe o poder do magistrado de aplicar a internação. Opção perfeitamente proporcional do legislador, em razão do caráter estigmatizando e traumatizante da internação de uma pessoa em desenvolvimento. Situação de superlotação das unidades de acolhimento e internação que está sendo inclusive apreciada pelo STF. Sugestão do encaminhamento da decisão do Tribunal ao CNJ, a fim de que este órgão amplie suas ações na promoção de políticas periódicas de monitoramento do cumprimento das medidas socioeducativas previstas no art. 112 da Lei nº 8.069/1990. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

(ADI 3446, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 08-08-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-190 DIVULG 30-07-2020 PUBLIC 31-07-2020)



Na petição inicial da citada ADI, o Partido Social Liberal argumentava que: *“Isto quer dizer que as crianças carentes, ainda que integrantes deste quadro dantesco e desumano, não mais poderão ser recolhidas pois adquiriram o direito de permanecer na sarjeta. E os perambulantes, vadios e sem rumo na vida somente quando estivessem em flagrante de ato infracional, mesmo porque pelo art. 232 do Estatuto, não podem ser submetidos a vexame ou constrangimento (é punido com pena de 6 meses a dois anos de detenção)”*.

Ao final, o PSL pedia que o STF promovesse uma interpretação conforme do *“art. 16 c/c art. 230 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), e declarasse inconstitucional, com eficácia erga omnes e efeito vinculante, esses dispositivos impugnados, a fim de ser permitida a apreensão de crianças e adolescentes para averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”*.

Entretanto, o pedido foi rechaçado, de forma unânime conforme aresto cuja ementa foi transcrita. O voto condutor é muito claro no ponto: *“Ao contrário do que defendido pelos autores desta ação, a exclusão da referida norma é que poderia ensejar interpretações que levassem a violações aos direitos humanos e fundamentais acima transcritos, agravando a situação de extrema privação de direitos aos quais são submetidos as crianças e adolescentes no país, em especial para aqueles que vivem em condição de rua. O que se está a dizer é que as privações sofridas por essas crianças e adolescentes, a condição de rua desses menores, não podem ser corrigidas com novas restrições a direitos e o restabelecimento da doutrina menorista que encarava essas pessoas enquanto meros objetos da intervenção estatal. É certo que a liberdade das crianças e adolescentes não é absoluta, admitindo restrições legalmente estabelecidas e compatíveis com suas condições de pessoas em desenvolvimento, conforme a parte final do art. 16, I, do ECA”*.

Para ilustrar como bem as argumentações (da inicial da ADI e da inicial do pedido de suspensão de segurança) se repetem, e, na essência, estamos discutindo algo já decidido, **de forma vinculante**, pelo STF, pedimos vênua para apresentar a tabela abaixo, em que comparamos as ideias lançadas:



ALEGAÇÕES DA INICIAL DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	ALEGAÇÕES DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA
<p>Isto quer dizer que as crianças carentes, ainda que integrantes deste quadro dantesco e desumano, não mais poderão ser recolhidas pois adquiriram o direito de permanecer na sarjeta. E os perambulantes, vadios e sem rumo na vida somente quando estivessem em flagrante de ato infracional, mesmo porque pelo art. 232 do Estatuto, não podem ser submetidos a vexame ou constrangimento (é punido com pena de 6 meses a dois anos de detenção)</p> <p>(...)</p> <p>Releva registrar, por outro giro, que em relação ao adolescente, inimputável (C.F. art. 228), pessoa com idade entre 12 e 18 anos (art. 2º da L. 8.069/90), não há na espécie, a prisão, a que se refere o art. 5º, LXI, da Constituição da República, sendo possível em consonância com o princípio da razoabilidade (C.F. art. 5º, a apreensão para a averiguação, ou por motivo de perambulação, desde que determinada por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (ECA, art. 106, in fine).</p>	<p>De fato, além minimizar as cenas de violência, depredação e caos urbano amplamente divulgadas nos meios escrito e falado, a r. decisão liminar aqui impugnada subverte a lógica do Estatuto da Criança do Adolescente, para, de um lado, admitir que jovens sem identificação e desacompanhados dos responsáveis vaguem por espaços públicos em situação de vulnerabilidade, abandono e perigo; e, de outro, impedir que sejam utilizados os equipamentos públicos destinados à recepção, atendimento e proteção dos menores. Não é só. Diversamente do que defende o Ministério Público e o MM. Juízo a quo, a segurança pública deve ser feita prioritariamente por meio da prevenção. Nesse passo, ao impedir qualquer atuação preventiva, a decisão impugnada acaba por impedir que o Estado se desincumba adequadamente da segurança pública e que o Município atue relativamente ao ordenamento urbano e proteção à criança e ao adolescente. (...) Nessa toada, é preciso ter em mente que o direito à liberdade (no qual se insere o direito de ir e vir), nos seus vários aspectos, pode sofrer limitação justamente para atender ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, ainda que, em alguns casos, isso possa ir de encontro ao que estes desejem. Por esse motivo, cabe aos pais, família e sociedade fiscalizar o exercício desse direito concedido pró-criança e adolescente, e não em seu desfavor. De fato, seria temerário admitir-se que crianças e adolescentes que estejam vagando pelas ruas sem qualquer identificação e desacompanhado dos pais, na maioria das vezes desprovidos de recursos</p>



	mínimos para alimentação e transporte, devam passar despercebidos pelas autoridades públicas e ser largados à própria sorte.
--	--

Ou seja, vale repetir, a pretexto de cuidar de crianças e adolescente, fato é que essa “proteção” configura medida socialmente discriminatória, sendo claramente violadora de direitos fundamentais e do princípio constitucional do melhor interesse das crianças e adolescentes. Na prática, ela retira o direito de jovens pobres e moradores da periferia ao lazer e à locomoção pela cidade, acessando os espaços públicos de cultura, educação e lazer, cuja existência e distribuição pela urbe é espacialmente desigual.

A efetiva proteção às crianças e adolescentes não se encontra no cerceamento de seus direitos fundamentais, mas, como bem assinalado pelo o Min. Roberto Barroso na citada ADI 3446, em investimentos massivos em educação, assegurando: alfabetização na fase certa; escola em tempo integral, vagas em creche, e redução do déficit de aprendizado, valorizava os profissionais da educação:

Nós precisamos investir em educação básica. Esta é a fórmula da verdadeira revolução brasileira. E, para enfrentar de maneira estrutural e profunda a questão das crianças e dos menores abandonados e da delinquência infanto-juvenil, esta é a solução: escola em tempo integral desde a primeira idade, sobretudo para as crianças que não terão condições de receber esses valores e fatores relevantes em casa.

Vale ressaltar que essas demandas são também objeto de ações coletivas, exemplificativamente: 0079392-20.2019.8.19.0001, 0233893-88.2003.8.19.0001, 0081544-70.2021.8.19.0001, 0044621-21.2016.8.19.0001. Agora, apesar de terem (os autores do pedido de suspensão de liminar) sonegado e se omitido em cumprir a promessa constitucional do art. 227, pretendem mais uma vez violar o direito à liberdade ambulatorial, na pressuposição de que andar sem documento, ou sem dinheiro, é uma situação de vulnerabilidade social. Mas objetivamente não é. Vulnerabilidade pode existir, como dito, pelo não acesso às escolas em tempo integral, pelo não acesso à creche. Mas não por não ter dinheiro ou andar sem documento. Vulnerabilidade é sinônimo de insegurança, e, repita-se,



andar sem dinheiro e sem documento, por si só, não se confunde a insegurança na satisfação de direitos sociais.

Mais uma vez, para melhor elucidar a questão, pedimos vênias para transcrever parte da decisão reclamada, e parte do precedente vinculante deste e. STF, em quadro comparativo para, de uma vez por todas, por uma pá de cal sobre a ilegalidade da decisão reclamada:

TRECHOS DO PRECEDENTE VINCULANTE	TRECHOS DA DECISÃO RECLAMADA
<p>Ao contrário do que defendido pelos autores desta ação, a exclusão da referida norma é que poderia ensejar interpretações que levassem a violações aos direitos humanos e fundamentais acima transcritos, agravando a situação de extrema privação de direitos aos quais são submetidos as crianças e adolescentes no país, em especial para aqueles que vivem em condição de rua. O que se está a dizer é que as privações sofridas por essas crianças e adolescentes, a condição de rua desses menores, não podem ser corrigidas com novas restrições a direitos e o restabelecimento da doutrina minorista que encarava essas pessoas enquanto meros objetos da intervenção estatal. (...) Contudo, o pedido formulado nesta ação busca eliminar completamente o direito de liberdade dos menores, o núcleo essencial, indo além dos limites iminentes ou “limites dos limites” (SchrankenSchranken) desse direito fundamental, restabelecendo a já extinta “prisão para averiguações”, que também viola a norma do art. 5º, LXI, da CF/88, segundo a qual “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente”. Aliás, o art. 106 do ECA traz o correspondente dessa norma para o âmbito do ato infracional: “Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato</p>	<p>Com efeito, sem a prévia oitiva dos entes públicos formuladores da política em questão, e sem qualquer dilação probatória realizada sob o crivo do contraditório, a decisão liminar impugnada parte do pressuposto da ausência de situação de vulnerabilidade ou risco social das crianças e adolescentes abordados no âmbito da chamada “Operação Verão”, desmantelando de plano a ação conjunta em tela.</p> <p>Tal interferência judicial, implementada in limine litis, tem o condão de subtrair das autoridades competentes, em âmbito estadual e municipal, a avaliação acerca da configuração de situação de vulnerabilidade ou risco social prevista no art. 98 do ECA, assim como da oportunidade de adoção das medidas protetivas elencadas no art. 101 do mesmo diploma legal, dentre elas o “encaminhamento aos pais ou responsável” e, se necessário, o “acolhimento institucional”.</p> <p>A título de exemplo, convém lembrar o lamentável episódio de afogamento de um adolescente de 16 anos ocorrido recentemente na praia de Ipanema. Conforme amplamente noticiado pela imprensa, o jovem residia no interior, nunca havia frequentado qualquer praia e se dirigira à Capital em meio a uma excursão,</p>



infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”. Entendimento em sentido contrário poderia dar azo a apreensões sem fundamento constitucional, em violação ao devido processo legal (art. 5º, LIV) e qualquer tipo de controle. Serviriam, ainda, para a implementação de uma política higienista que, em vez de reforçar a tutela dos direitos dos menores, restringiria ainda mais o nível de fruição de direitos, amontoando crianças em unidades institucionais sem qualquer cuidado ou preocupação com o

Dito isto, não vejo como o pleito inicial possa colaborar para transformar essa triste realidade. Penso que eventual legalização da prisão por averiguação ou perambulação não restringiria a liberdade do jovem em prol de maiores oportunidades; ao contrário, resultaria em sua institucionalização, o que, conforme inúmeros estudos, tende a prejudicar o desenvolvimento dos jovens institucionalizados. Trazendo tais reflexões para o caso concreto, não restam dúvidas de que a segregação dos jovens, por conta de perambulação ou para averiguação de suas atividades, terá grande probabilidade de causar-lhes dano irreversível e permanente, eis que, tendencialmente, sofrerão com a inconsistência do afeto e ainda, possivelmente, outras formas de abuso e opressão (...) Ora, se falha o Estado, se falharem os pais e a sociedade falha, vamos então criminalizar as condutas das crianças e dos adolescentes, principalmente às que vagam pelos parques, que vagam pelas praças, internando todas. É uma política de higienização terrível que, volto a dizer, ao invés de buscar a integral proteção à criança e ao adolescente, conforme as normas do ECA e do Direito Civil, pretendem criminalizar as condutas daqueles que são sujeitos de direito como uma verdadeira responsabilidade objetiva. Se está

“sem autorização dos responsáveis”¹. Não é difícil perceber que a abordagem humanizada descrita na nota técnica aqui reproduzida, sobretudo a entrevista e a comunicação com os pais desse adolescente, poderia ter evitado a tragédia.

Por outro lado, é mister salientar que o eventual e excepcional encaminhamento dos infantes à instituição de acolhimento, após percorrido o iter procedimental definido na nota técnica que descreve a operação e à vista da situação de vulnerabilidade aferida in concreto, não enseja propriamente violação do direito de ir e vir de crianças e adolescentes.

Conforme já pontuado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o direito à liberdade de crianças e adolescentes há de ser interpretado e concretizado em harmonia com “sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento”.



vagando na rua - e o Ministro Gilmar Mendes citou um trecho da petição inicial -, é porque fará alguma coisa errada. Em razão disso, vamos interná-lo preventivamente. É a volta à prisão para averiguação, só que muito mais grave, trata-se de uma criança, de alguém com menos de 12 anos. O que realmente se pretende aqui - e foi bem ressaltado da tribuna e nos memoriais por um dos amicus curiae, Doutor Guilherme Amorim -, ao reconhecer a possibilidade de recolhimento dos menores, é a representação não só da restrição à liberdade para além das hipóteses legais como a criminalização da pobreza. (...) É evidente a inversão de valores promovida pelo pedido. A pretexto de promover a proteção das crianças e adolescentes, a rigor, pretende uma higienização social, mascarando o descumprimento do dever do Estado, da sociedade e da família (CRFB, art. 227) de, na realidade, ampará-las. Bastaria a vedação do art. 5º, LXI, da CRFB (LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;) para obstar a primeira pretensão. Mas a criança e o adolescente são sujeitos de direito privilegiados que gozam de especial status protetivo, acolhendo-se a doutrina da proteção integral, seja no âmbito constitucional (art. 227), seja no âmbito infralegal (Lei n. 8.069/90), tal como reconhece a jurisprudência desta Corte (que lhes consagrou, p.ex, a aplicação do princípio da presunção de inocência e do dever de motivação das decisões judiciais, HC 122.072, 105917, 122.866), seja, ressalto, no âmbito convencional, em especial, a Convenção sobre os Direitos da Criança, internalizada pelo Decreto n.º 99.710/90.



Como é amplamente sabido e anunciado na cidade do Rio de Janeiro, a operação verão é uma medida de contenção social, criando uma barreira policial que tem por objetivo último e determinante a arbitrária retirada de crianças e adolescentes dos espaços mais nobres da cidade, numa constante vigilância da população negra e periférica, corpos sobre os quais recai uma categoria suspeitosa. Assim, na pressuposição de que podem praticar alguns delitos patrimoniais, essas pessoas não conseguem acessar áreas mais nobres da cidade. **Mas isso viola o artigo 16 do Estatuto e, também o decidido na ADI 3446, a ensejar sua cassação.**

DO JULGAMENTO DO LITÍGIO COLETIVO SOB PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL E DA OBSERVÂNCIA DA TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL

Por essa razão, defende-se que o presente caso precisa ser analisado sob uma perspectiva étnico-racial. Apesar de a inicial querer pintar um quadro diverso da realidade, fato é que a seletividade racial do comportamento dos agentes policiais já fora constatada por ocasião da concessão da ordem de habeas corpus, conforme assentada de fls. 150/153, em anexo, em que o Conselho Tutelar da Zona Sul relatou que:

“que em 15 a polícia militar trouxe quase todo o Pavão-Pavãozinho, sendo que os meninos mais branquinhos sequer entraram no CIACA, sendo pegos por motoristas; que existia uma fila de parentes para retirar seus filhos; que a situação está caótica e insustentável, pois o recolhimento de adolescentes está sem qualquer critério”.

Também na ação civil pública aforada em 2015 já era referido que o “Relatório produzido pelo CIACA a partir da análise das planilhas de atendimento de 07/01/2015 a 13/08/2015 (fls. 48/63), **com destaque à informação de que a maioria dos atendidos era preta ou parda (86,68%, fl. 51)**, e que estavam na rua pois queriam ir a praia, shopping, ou passear (57,97%, fl. 63)”.

Diante desse quadro, é preciso rememorar que em 10 de janeiro de 2022, foi publicado no diário oficial o Decreto nº 10.932, responsável por promulgar a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, aprovada com status constitucional pelo rito do art. 5º, §3º da Constitucional Federal de 1988.



A Convenção dispõe que os princípios da igualdade e da não discriminação entre os seres humanos são conceitos democráticos dinâmicos que propiciam a promoção da igualdade jurídica efetiva e pressupõem uma obrigação por parte do Estado de adotar medidas especiais para proteger os direitos de indivíduos ou grupos que sejam vítimas da discriminação racial em qualquer esfera de atividade, seja pública ou privada, com vistas a promover condições equitativas para a igualdade de oportunidades, bem como combater a discriminação racial em todas as suas manifestações individuais, estruturais e institucionais .

A Convenção conceitua, ainda, discriminação racial direta e indireta. A direta é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes. A discriminação racial pode basear-se em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica.

Por sua vez, a **discriminação racial indireta** ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, **quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico**, em razão de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica, ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O Brasil se comprometeu a formular e implementar políticas cujo propósito seja proporcionar tratamento equitativo e gerar igualdade de oportunidades para todas as pessoas, em conformidade com o alcance da Convenção; entre elas políticas de caráter educacional, medidas trabalhistas ou sociais (artigo 6) e também de garantir que a adoção de medidas de qualquer natureza, inclusive aquelas em matéria de segurança, não discrimine direta ou indiretamente pessoas ou grupos com base em critérios de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica (artigo 8).

O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288 de 2010, visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos



individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica .

O artigo 4º do Estatuto dispõe que a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais, estímulo, implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, dentre outros.

A Lei reforça o acesso a diversos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

O artigo 6º do Estatuto afirma que o direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos. O artigo 9º assevera que a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira. No âmbito educacional, a legislação federal consolidou, em seu artigo 11, a obrigatoriedade do estudo, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, da história geral da África e da história da população negra no Brasil.

No artigo 27, é prescrito que o poder público elaborará e implementará políticas públicas capazes de promover o acesso da população negra à terra e às atividades produtivas no campo. Além disso, também será garantida a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida (artigo 35).



A Lei Estadual nº 7.126/2015, que instituiu o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Rio de Janeiro, assevera que estão entre os objetivos específicos do plano:

Art. 5º - Os objetivos específicos do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial são:

[...]

III - implementar novas ações e acompanhar as políticas de ações afirmativas em curso, no campo da educação e do trabalho;

IV - promover a articulação das organizações responsáveis pela regularização fundiária, por políticas públicas, implantação de infraestrutura e serviços nas comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Rio de Janeiro;

V - promover articulação intra e intersetorial visando o enfrentamento da intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana;

VI - promover encontros dos grupos vulneráveis para implementação, monitoramento e avaliação das políticas desenvolvidas para esses setores, especialmente para indígenas, comunidades quilombolas e jovens;

[...]

XII - reduzir os riscos e agravos à saúde das populações atingidas pelo racismo;

XIII - prevenir e controlar os riscos à saúde decorrentes da produção e consumo de bens e serviços;

XIV - estruturar e ampliar a Atenção Básica como ordenadora do sistema, para garantia do acesso de qualidade;

XV - garantir a assistência farmacêutica e suprimento de outros insumos estratégicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

XVI - desenvolver e fortalecer as ações de promoção da saúde, potencializando a articulação intersetorial;

[...]

XVIII - aperfeiçoar e fortalecer a gestão descentralizada e regionalizada do SUS;



XIX - ampliar e fortalecer a participação dos grupos étnicos e raciais no controle social das políticas públicas, em especial da política de Saúde;

XX – incorporar os recortes étnico-racial nos programas e ações da área de educação na esfera estadual;

XXI - promover políticas públicas de prevenção à violência no ambiente escolar considerando as diferenças culturais, étnicas e religiosas, estimulando o diálogo intercultural e o respeito às diferenças;

XXII - adotar, estimular e expandir programas de ação afirmativa no acesso e permanência de estudantes negros, quilombolas, indígenas e ciganos nas universidades estaduais;

XXIII - apoiar a reestruturação do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

XXIV – ampliar a escolaridade da população negra, quilombolas, ciganos, povos indígenas, considerando as dimensões da idade;

[...]

XXXIII - identificar as necessidades habitacionais da população negra, povos indígenas e ciganos, do meio urbano e rural, e utilizá-las como critério para o planejamento, a definição e a elaboração de políticas públicas prioritárias, definição de programas e serviços nas áreas de habitação, acesso à terra e à moradia;

XXXIV - promover a regularização urbanística dos assentamentos precários existentes, favorecendo sua integração física ao conjunto da cidade, melhorando os aspectos das condições habitacionais ao provê-las com infraestrutura urbana completa;

XXXV - garantir a inclusão da transversalidade dos temas relativos às discriminações étnico-raciais nos processos que definem a implementação de políticas públicas nas três esferas de governo, sobretudo aquelas que definem e regulamentam a habitação de interesse social da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

XXXVI - promover a oferta de equipamentos comunitários, serviços e infraestruturas urbanas públicas nos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXXVII - ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas rurais;



XXXVIII - articular as políticas habitacionais às ações desenvolvidas no âmbito da proteção social implementadas pelo município e monitoradas pelo Estado, a fim de facilitar o acesso à moradia para a população em situação de rua do Estado do Rio de Janeiro;

No ano de 2022, a Lei Estadual nº 7.126/2015 foi alterada pela Lei nº 9939/2022 para criar o Programa de Promoção da Igualdade Étnico-Racial no mercado de trabalho no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, visando a formulação e implementação de políticas, projetos e ações, públicas e privadas, de incentivo à inclusão da população negra e indígena no mercado de trabalho.

Pela leitura dos dispositivos acima, nota-se o compromisso assumido pelo Estado brasileiro em combater qualquer tipo de discriminação étnico-racial, direta ou indireta, bem como promover políticas públicas nas mais diversas áreas a fim de assegurar à população negra, notadamente as parcelas mais vulnerabilizadas, o acesso aos direitos fundamentais.

O IBGE divulgou, em 2022, a 2ª edição da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” . De acordo com o Instituto, mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantêm sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar da população preta e parda representarem 56,1% da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção.

Em 2021, foi lançada a Pesquisa sobre Negros e Negras no Poder Judiciário pelo CNJ . O foco desta pesquisa foi o monitoramento de cumprimento da Resolução CNJ n. 203, de 23 de junho de 2015, que versa sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.



Nesse ponto, cumpre mencionar a **Teoria do Impacto Desproporcional**. A doutrina conceitua essa teoria com o reconhecimento de que as discriminações podem ocorrer de forma indireta, ou seja, implícita em uma situação aparentemente regulada de forma neutra, com o intuito de conferir direitos iguais universais, pode vir a ser verificada a concretização de uma lei, ato ou omissão atingindo de forma negativa certos grupos específicos, gerando uma inequívoca situação de impacto legislativo desproporcional, o que pode e deve ser reequilibrado pelo Poder Judiciário em seu atuar.

No caso em tela, há evidentes elementos relacionados à perspectiva étnico-racial que merecem especial atenção, eis que a seletividade racial é o principal motivo impulsionador das abordagens ilegais que acabam por lesar a subjetividade de adolescentes negros, já vulnerabilizados pela subjugação acarretada pelo processo de colonização.

Citamos aqui o rapper baiano Baco Exu do Blues: **“O olhar que você nunca esquece é quando as pessoas não te enxergam como uma criança, mas como uma ameaça.”**

Dados empíricos demonstram que o “baculejo” infantil tem ocorrido cada vez mais cedo e que infantes pretos tem duas vezes mais chances de serem abordados do que infantes brancos, conforme Relatório produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, que apresenta dados inéditos sobre diferentes tipos de contato entre crianças e adolescentes e a polícia no município de São Paulo. A realidade da capital fluminense não está distante desta realidade

A infância e a adolescência são etapas da vida em que os indivíduos formam suas concepções e visões de mundo. Nesse período as pessoas passam por um intenso processo de socialização, em que são consolidadas as primeiras percepções a respeito da função e do funcionamento das normas, das leis e das autoridades.

Os resultados demonstram que a discriminação racial e a seletividade das abordagens policiais estão presentes desde cedo na vida das crianças e adolescentes, e confirmam que é na mais tenra idade que os jovens negros se tornam alvos do policiamento ostensivo e das formas mais violentas de ação policial.



Nesse sentido, requer a Vossa Excelência que, ao instruir e julgar o presente feito, se atente para questões estruturais étnico-raciais, considerando as questões sociais e culturais que envolvem o caso, a fim de identificar possíveis desigualdades que possam impactar desproporcionalmente a população negra.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que se utilize de todos os recursos e instrumentos disponíveis para promover uma análise a partir de princípios e diretrizes de combate às discriminações diretas e indiretas pertinentes ao caso presente.

DO IMPOSITIVO DEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR

Dispõe o art. 989, II do CPC que: “Ao despachar a reclamação, o relator: II - se necessário, ordenará a suspensão do processo ou do ato impugnado para evitar dano irreparável”. Essa é a hipótese em exame, como passaremos a demonstrar.

Conforme documentos constantes dos autos, a atuação das autoridades do Poder Executivo e Judiciário fluminenses violam o precedente vinculante da ADI 3446. A cada dia, milhares de adolescentes negros são retidos/recolhidos/privados de liberdade sem que estejam em situação de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judicial.

De outra banda, essas ações são praticadas no contexto da operação Verão, de sorte que se o pedido não for apreciado por este Supremo Tribunal Federal neste recesso judiciário, a tutela jurisdicional perderá completamente seus efeitos, **a demonstrar o perigo na demora.**

Por fim, cumpre mencionar que a **probabilidade jurídica** do pedido ressaí das considerações a respeito das normas violadas, em especial quanto à decisão unânime proferida na ADI 3446, em que se queria permitir a realização de prisões para averiguação e por perambulação, **o que foi autorizado pelo Poder Judiciário, ainda que tivessem dado nome distinto, pelo simples fato de adolescentes estarem sem documento, desacompanhados, e sem dinheiro, como se esse fato correspondesse a uma situação de vulnerabilidade social a ensejar intervenção estatal, que deve ser, sempre, excepcional.**



A petição inicial do MPRJ escancarou os fatos. Os documentos de todas as ações coletivas já iniciadas também. Mas se antes havia censura judicial ao comportamento, atualmente o Tribunal de Justiça, por sua eminente Presidência, chancelou esse atuar **FLAGRANTEMENTE ILEGAL**.

Assim, requer-se o deferimento de medida liminar, a fim de suspender a decisão proferida pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, restabelecendo os efeitos da medida liminar deferida pelo D. Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital, fazendo prevalecer a autoridade do decidido na ADI 3.446.

DO PEDIDO

Diante do exposto, tendo em vista o descumprimento de decisão vinculante deste Egrégio Supremo Tribunal Federal, requer a V. Ex.ª:

- (i) seja deferida a medida liminar, a fim de suspender a decisão proferida pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos 0103837-66.2023.8.19.0000, **fazendo prevalecer a autoridade da ADI 3.446**, e, por consequência, restabelecendo os efeitos da medida liminar deferida pelo D. Juízo da 1ª Vara da Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital;
- (ii) sejam requisitadas informações à Presidência do TJRJ, nos termos do artigo 989, I, do CPC;
- (iii) a citação do Estado e do Município do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 989, III, do CPC;
- (iv) a intimação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 991, do CPC;
- (v) seja, ao final, julgada procedente esta reclamação constitucional para cassar definitivamente a referida decisão judicial impugnada (proferida pela Presidência do e. TJRJ nos autos n. 0103837-66.2023.8.19.0000), **fazendo valer a autoridade da decisão proferida na ADI 3.446**, confirmando a medida liminar.



Protesta, ainda, pela produção de todas as provas em direito admitidas, em especial prova documental suplementar caso se faça necessária.

Dá-se à presente reclamação o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para os fins e efeitos de direito.

Nesses termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2023.

Andrea Sepulveda Brito

Defensora Pública Estadual

Daniele da Silva de Magalhães

Defensora Pública Estadual

Raphaela Jahara C. Lima

Defensora Pública Estadual

Paula Formoso Portilho Arraes

Defensora Pública Estadual

Marisa da Fonseca M. Ottaiano

Defensora Pública Estadual

Rodrigo de Castro Fuly

Pedro Paulo Carrielo

Defensor Público Estadual

Eufrásia Maria Souza

Defensora Pública Estadual

Rodrigo Azambuja Martins

Defensor Público Estadual

André Luís Machado de Castro

Defensor Público Estadual

Alexandre Paranhos Pinheiro Marques

Defensor Público Estadual

Rosane Pina do Nascimento



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COINFÂNCIA

Coordenação de
Infância e Juventude



COOPERA

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação de Promoção
da Equidade Racial



CDEDICA

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenadoria de Defesa
dos Direitos da Criança
e do Adolescente



COTUTELA

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenadoria de
Tutela Coletiva



NUEDH

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Defesa
dos Direitos Humanos

Defensor Público Estadual

Defensora Pública Estadual

Renata A. de Castro Araújo

Defensora Pública Estadual